

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM JURÍDICO Nº 90

Janeiro - 2017

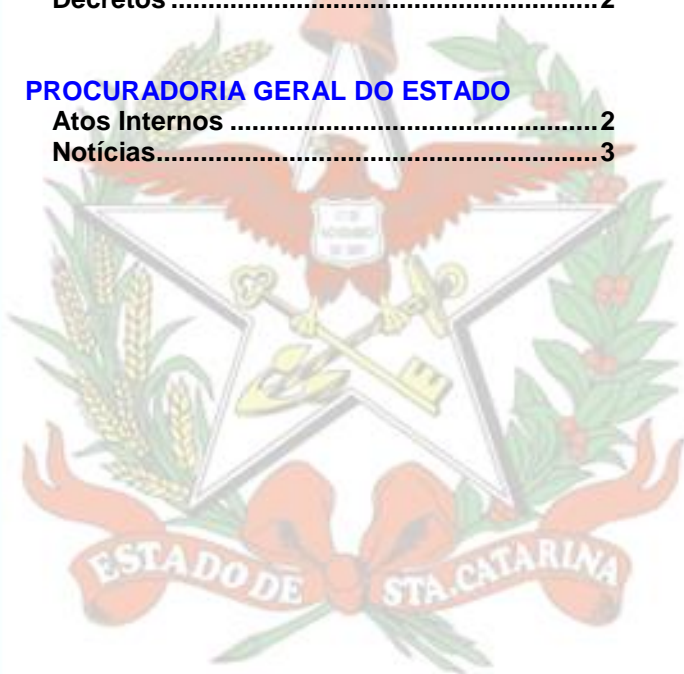
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

| | |
|----------------------------|---|
| Emenda Constitucional..... | 2 |
| Leis | 2 |
| Decretos | 2 |

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

| | |
|---------------------|---|
| Atos Internos | 2 |
| Notícias..... | 3 |



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Ricardo Della Giustina

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Emenda Constitucional

Emenda Constitucional Nº 70, de 20 de dezembro de 2016

Altera o art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para dispor sobre a publicação dos atos municipais no diário oficial e em jornal local ou microrregional.

Leis

Lei Complementar Nº 683, de 16 de dezembro de 2016

Cria Promotorias de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, cargos de membros e de servidores do Ministério Público, e altera dispositivos da Lei Complementar nº 223, de 2002, e da Lei Complementar nº 197, de 2000.

Lei Complementar Nº 684, de 20 de dezembro de 2016

Institui o Fundo de Acesso à Justiça (FAJ) e estabelece outras providências.

Lei Complementar Nº 685, de 21 de dezembro de 2016

Altera a Lei Complementar nº 302, de 2005, que institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

Lei Complementar Nº 686, de 21 de dezembro de 2016

Altera o art. 5º da Lei Complementar nº 529, de 2011, que aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina.

Lei Complementar Nº 687, de 21 de dezembro de 2016

Institui o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Civis do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e estabelece outras providências.

Lei Nº 17.051, de 16 de dezembro de 2016

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e estabelece outras providências.

Lei Nº 17.052, de 20 de dezembro de 2016

Autoriza o Poder Executivo a formalizar aditivo ao Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 12/98/STN/COAFI assinado ao amparo da Lei federal nº 9.496, de 1997, e estabelece outras providências.

Lei Nº 17.056, de 21 de dezembro de 2016

Altera o art. 2º da Lei nº 16.968, de 2016, que institui o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (CEPON) e aos Hospitais Municipais.

Decretos

Decreto Nº 986, de 7 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a aplicação temporária de valores de diárias para os grupos de cargos, empregos e funções que menciona, exclusivamente durante o período transitório da Operação Veraneio, Temporada 2016/2017, e estabelece outras providências.

Decreto Nº 1.006, de 19 de dezembro de 2016

Determina a continuidade dos serviços do Sistema de Atos do Processo Legislativo nos pontos facultativos que menciona.

Decreto Nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016

Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei federal nº 13.303, de 2016, a fim de estabelecer regras de governança aplicáveis às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina que tenham obtido, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) e estabelece outras providências.

Decreto Nº 1.016, de 21 de dezembro de 2016

Institui a Sala Estadual de Coordenação e Controle do Aedes aegypti, mosquito transmissor da dengue, febre Chikungunya e febre do Zika vírus, em Santa Catarina.

Decreto Nº 1.020, de 21 de dezembro de 2016

Altera o art. 9º do Decreto nº 105, de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego, e estabelece outras providências.

Decreto Nº 1.023, de 21 de dezembro de 2016

Altera os Anexos I e VI do Decreto nº 964, de 2016, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento à conta de “Despesa de Exercício Anterior”, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e estabelece outras providências.

Instrução Normativa SEA Nº 2, de 12 de dezembro de 2016

Estabelece normas e procedimentos operacionais para o cumprimento de decisões judiciais, relativas a consignações facultativas em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos da administração direta e indireta, e estabelece outras providências.

Instrução Normativa SEF Nº 2, de 12 de dezembro de 2016

Uniformiza os atos e procedimentos adicionais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Controle Interno do Poder Executivo Estadual por ocasião da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Resolução Nº 007, de 7 de dezembro de 2016

Estabelece medida de contenção de gastos na gestão dos contratos de serviços continuados para 2017

ATOS INTERNOS

Portaria PGE/GAB Nº 102, de 20 de dezembro de 2016

O procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, elogia os Procuradores do Estado Bruno de Macedo Dias, Fernando Alves Filgueiras da Silva, Jair Scrocaro, Ricardo Della Giustina e Sérgio Laguna Pereira pela competência, eficiência e disponibilidade na atuação no Mandado de Segurança nº 34023, no Supremo Tribunal Federal, que tratou da dívida do Estado de Santa Catarina com a União.

NOTÍCIAS

SC lança vídeo explicando a 'batalha' pelos royalties do petróleo no Supremo

A ação judicial envolvendo Santa Catarina, Paraná e São Paulo pelo recebimento dos royalties decorrentes da exploração de petróleo no litoral completou 25 anos em 2016. Por esse motivo, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) lançou em dezembro o vídeo institucional intitulado “Santa Catarina e os royalties do petróleo - Uma longa disputa judicial”. Com dez minutos de duração, o vídeo faz um resumo do processo, mostrando didaticamente os argumentos e as divergências entre os estados.

A demanda, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), foi iniciada pela PGE em 1991 e busca reverter o pagamento indevido de royalties para outras unidades da Federação, quando deveria ser para Santa Catarina.

O processo está pronto para julgamento, e o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso, relator da ação, já manifestou o desejo de colocar o caso em pauta para decisão do plenário da Corte, embora não exista previsão para isso acontecer.

A Ação Cível Originária 444 questiona a demarcação da divisa marítima entre os estados de Santa Catarina e Paraná, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1988.

Usando um critério inédito, o órgão estabeleceu que vários campos petrolíferos que se encontram na altura de Itajaí e São Francisco do Sul estavam dentro dos limites marítimos paranaenses. Dessa forma, ao longo dos anos, os royalties, que somariam em torno de R\$ 300 milhões, deixaram de entrar nos cofres públicos catarinenses.

Essa definição da divisa marítima, equivocada segundo a PGE, também tem consequências sobre os poços de Baúna e Baúna Sul, cujos royalties (cerca de R\$ 500 milhões ao ano) estão sendo pagos a São Paulo, quando deveriam ser divididos entre SC, PR e SP.